

Abrindo Caixas-Pretas: Contribuições Metodológicas de Jon Elster às Ciências Sociais

Opening Black Boxes: Jon Elster's Methodological Contributions to Social Sciences

*Gustavo Venturelli¹ 

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar ao leitor o que consideramos as principais contribuições de Jon Elster ao plano metodológico das ciências sociais. Dada a complexidade e extensão da obra do autor, trata-se de um texto introdutório. O conceito destacado pelo autor para que as ciências sociais produzam teorias com maior poder explicativo é o de mecanismos. Antes de encontrar a síntese metodológica de Elster, o artigo passa por algumas ideias fundamentais para compreendermos o posicionamento do autor. Assim, aborda-se de forma breve as ideias gerais do individualismo metodológico; da teoria da escolha racional; da explicação causal; para, por fim, dedicar-se ao conceito de mecanismo, apresentando definições, exemplos, uma tipologia, suas principais contribuições para as ciências sociais e algumas limitações. De forma geral, a ideia de mecanismos causais parece bastante profícua e operacionalizável em pesquisas da área das ciências sociais. Entretanto, apesar do alto nível de sofisticação, o conceito apresenta também limitações, como veremos nas conclusões do artigo.

Palavras-chave: Jon Elster. Mecanismos. Metodologia. Ciências sociais.

Abstract

This article aims to present what we regard as the Jon Elster's main contribution to methodological concern in social science. Despite the vastness and complexity of his work, this is an introductory paper. Elster's main concept is social mechanisms, which allows social sciences to produce theories with greater capacity of explanation. Before we get to methodological synthesis on Elster, we will explore some fundamental ideas that help us to understand the author's stance. Thus, we approach methodological individualism, rational choice theory, causal explanations, then we will dedicate some pages to the social mechanisms concept, presenting definitions, examples, a typology, his main contributions for social sciences and some limitations of his work. We conclude that the social mechanisms concept seems rich and usable in the field of social sciences research. Despite of its high level of sophistication, the main concept has some limitations, as we can see in the final section.

Keywords: Jon Elster. Social Mechanisms. Methodology. Social sciences.

¹ Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política (PPGCP/DCP/USP, São Paulo, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2554-5923>.

Introdução

A produção de conhecimento científico nas ciências sociais é permeada, constantemente, por um debate sobre o paradigma científico. Tal debate refere-se diretamente ao debate epistemológico, isto é, como se adquire ou produz conhecimento no campo científico em questão. Subordinado a este debate de caráter mais amplo, está a discussão (tratada de forma dicotômica na maior parte das vezes) entre métodos quantitativos e qualitativos. Grosso modo, os métodos quantitativos são associados ao paradigma positivista e buscam estabelecer relações probabilísticas através da observação de regularidades empíricas tratadas como variáveis mensuráveis e de procedimentos de pesquisa que permitam a comparação². Os métodos qualitativos, por sua vez, são vinculados ao paradigma interpretativista, cujos temas de pesquisa têm caráter particular e o entendimento se dá a partir da identificação das intenções, desejos e motivações por trás das ações individuais (KIRSCHBAUM, 2013). Tais paradigmas estariam, em alguma medida, vinculados a dois modelos ou tipos-ideais do que seria o homem nas ciências sociais: 1) *homo sociologicus*: compreende os indivíduos como “produtos” sociais, sendo determinados pela sociedade e tendo suas ações estrangidas pela estrutura social (Durkheim talvez seja o exemplo mais claro desta noção); 2) *homo economicus*: compreende que os indivíduos são livres e racionais para agir de modo a maximizar seu ganhos (a corrente utilitarista e a teoria da escolha racional talvez sejam as mais emblemáticas perspectivas entre as que defendem esta noção de natureza humana)³. Ambos os modelos representam noções extremas de categorização do indivíduo pensando um dos problemas clássicos da sociologia, a relação indivíduo/sociedade⁴.

Mas entre o posicionamento epistemológico que busca leis gerais, temas abrangentes, teorias amplas; e o que pretende lidar com casos específicos em profundidade, apresentar descrições densas, focando nas especificidades do fenômeno observado sem pretensão de replicar a pesquisa; isto é, entre a macrosociologia e a microsociologia, existem as teorias de alcance médio (MERTON, 1970) ou a mesossociologia. De acordo com Hedström e Swedberg (1998), o posicionamento teórico-metodológico de Elster se enquadra nessa perspectiva. Teorias de alcance médio são

² De acordo com Ragin (1987), aos qualitativistas, que lidam com casos específicos, também interessa a comparação. Para entender como o autor propõe possibilidades de saltos metodológicos do *quali* ao *quanti* e vice-versa, ver Ragin (1987).

³ Esta distinção entre *homo sociologicus* e *homo economicus* pode soar desnecessária aqui, mas se faz fundamental para a compreensão de Elster sobre como ou a partir do que agem os indivíduos. A noção do autor é corolária a ambas, já que além de agir por conta de seus objetivos, interesses, crenças, valores, e através de sua racionalidade (nem sempre); o indivíduo também age de acordo com a estrutura de oportunidades que o contexto lhe oferece. Assim, o indivíduo elsteriano é um meio termo entre as duas noções, visto que age a partir de interesses e crenças pessoais (e estes fatores não se formam somente por livre e espontânea escolha individual, mas também são influenciados ou limitados pelo contexto no qual o indivíduo está inserido), ao mesmo tempo em que sua ação é sempre estrangida pela estrutura social que o cerca, dando-lhe uma gama de possibilidades limitadas de como agir. Em suma, na concepção de Elster, “uma das maneiras de ler um mapa das motivações humanas seria classificando-as da seguinte forma: às vezes, as pessoas perseguem seus objetivos agindo racionalmente; outras, impulsionadas por suas emoções; outras tantas, seguindo as normas sociais” (RATTON JÚNIOR; MORAIS, 2003, p. 387).

⁴ O dilema indivíduo/sociedade é um problema fundante da Sociologia. Ele se desdobra em outros termos, como a dicotomia agência/estrutura, subjetivo/objetivo, sujeito/instituições (BOURDIEU, 2009; FOUCAULT, 1977; GIDDENS, 2009). É válido destacar que o tratamento de tal problema em outros termos, que não o indivíduo/sociedade, implica tratá-lo, também, com outros significados.

[...] teorias intermediárias entre as pequenas, mas hipóteses necessárias de trabalho que surgem em abundância durante a rotina das pesquisas diárias e os amplos esforços sistemáticos para desenvolver uma teoria unificada capaz de explicar todas as uniformidades observadas de comportamento, organização e mudanças sociais [...]. Ocupa uma situação intermediária entre as teorias gerais de sistemas sociais, as quais estão muito afastadas das espécies particulares de comportamento, organização e mudança sociais para explicar o que é observado, e as minuciosas ordenadas descrições de pormenores que não estão de modo algum generalizados (MERTON, 1970, p. 51).

Discutiremos as duas correntes teórico-metodológicas às quais Elster se vincula ou faz uso, para depois discutirmos brevemente um tipo de explicação bastante usual nas ciências sociais, a explicação causal, mas a qual Elster disfarça críticas pertinentes cujas limitações ou dubiedade explicativa seriam solucionadas, em alguma medida, com o conceito de mecanismos sociais causais. Na seção que discutiremos esta ferramenta metodológica, iremos nos utilizar de diversos outros autores que contribuíram para o desenvolvimento e sofisticação dessa categoria, para ao fim, apresentarmos algumas de suas limitações, além de sua relevância às ciências sociais

Individualismo Metodológico e Teoria da Escolha Racional

Descontente com as teorias sociais do século XX que, em sua maior parte, baseavam-se ou na perspectiva estrutural-funcionalista ou na perspectiva marxista, ambas baseadas no *homo sociologicus* e dando primazia à sociedade sobre o indivíduo, Elster abraça o programa reducionista de George Homans (1961). Assim, passa a atacá-las com o argumento de que são demasiado abstratas e carecem de poder explicativo causal. Defendendo explicações sobre os fenômenos sociais e o comportamento individual que não sejam leis gerais e nem a completa submissão às normas sociais, Elster terá como seu ponto de partida duas teorias contrárias, de alguma forma, a essas correntes: a teoria da escolha racional e o individualismo metodológico.

A teoria da escolha racional postula que, diante de uma gama de possibilidades, o indivíduo escolhe racionalmente aquela que lhe trará maiores benefícios. A escolha racional é instrumental, pois se orienta levando em conta o resultado da ação. O termo racional deve ser aplicado somente aos meios, pois racionalidade não tem a ver com os fins, mas com o processo através do qual se atinge esses determinados fins. Ou seja, diz respeito à capacidade de um indivíduo dirigir-se ao seu objetivo com o mínimo custo possível (SHEPSLE, 1997; TSEBELIS, 1998).

O vínculo de Elster à teoria da escolha racional parece se relacionar com a força explicativa de tal modelo e de como o mesmo pode ser utilizado para fornecer explicações nas mais diversas áreas do conhecimento, passando pela psicologia, economia, sociologia, ciência política, literatura, etc.; nos mais diversos níveis das relações, desde relações interpessoais, como aquela entre um casal, até o processo de formação e tomadas de decisões sobre políticas públicas, por exemplo. Se o indivíduo

da teoria da escolha racional é o *homo economicus*, que sempre enxerga as situações como jogos e pensa a melhor forma de agir para atingir seus fins, Elster (1979) tenta apontar para as limitações desse modelo, adicionando à incerteza das situações, o contingente humano: suas emoções e paixões.

Perguntando-se o que mantém as sociedades “coladas” e impede que elas se desfaçam ou entrem em colapso, Elster (1983) critica as explicações funcionalistas, uma vez que a ideia de sociedade aqui, é aquela considerada em termos de uma estrutura exterior aos indivíduos e independente deles. Normas sociais não seriam suficientes para responder a tal pergunta, uma vez que toda e qualquer explicação do social deve se dar no nível das relações individuais. Isto significa que, para Elster, toda e qualquer mudança, transformação ou manutenção do social é resultante de ações, desejos e crenças individuais. Mas sendo adepto da teoria da escolha racional, nosso autor confronta-se com um dilema: a noção de indivíduo da teoria da escolha racional nos apresenta alguém que age unicamente levando em conta suas preferências, calculando os meios para atingir determinados fins. Como este modelo poderia, portanto, considerando-se o indivíduo a unidade elementar do social, explicar o que mantém as sociedades coesas? Assim, se a explicação funcionalista é incapaz de responder à pergunta apresentada pelo autor, a teoria da escolha racional também o é, pois seria impossível uma sociedade se manter coesa quando os indivíduos que a integram agem unicamente levando em conta seus interesses e benefícios próprios. Aqui, portanto, talvez resida a desilusão do autor com a teoria da escolha racional. Nesse sentido, uma série de obras de Elster buscou apontar para as limitações de tal modelo teórico explicativo, buscando dar conta da irracionalidade e das paixões na ação, a fim de contribuir para uma teoria (necessariamente) imperfeita da escolha racional.

A pergunta de Elster, no fim, diz respeito aos motivos irracionais que fundamentam ações de indivíduos racionais. Se são as normas sociais e de convívio que fazem a sociedade se manter coesa, esta se torna uma questão que a teoria da escolha racional é incapaz de explicar. Além disso, assumir a existência de normas como uma estrutura racional que é exterior aos indivíduos põe em xeque as premissas epistemológicas de Elster. O dilema, no fim, parece se apresentar em como a teoria da escolha racional, para não ser abandonada frente a certos objetos, lida com papéis que são determinados por estruturas externas aos indivíduos e executados por esses sem se levar em conta as preferências individuais.

Pensando em questões como essas que Elster se debruça sobre uma teoria da racionalidade imperfeita, buscando apontar determinados constrangimentos externos que objetivam conter as paixões e comportamentos irracionais, conduzindo o indivíduo às ações que permitam-no alcançar aquilo que definiu previamente de acordo com suas preferências. São compromissos firmados previamente e que existem tanto no nível microsociológico (e são auto impostos) e no nível macrosociológico (e são definidos coletivamente). No primeiro caso, podemos pensar, como o exemplo do autor, um indivíduo que busca parar de fumar e se proíbe certas coisas, como frequentar os lugares que usualmente fumava ou andar com as pessoas com quem compartilha os momentos de tabagismo. No segundo, podemos pensar as assembleias constituintes, cuja finalidade é definir uma série de regras que devem ser respeitadas pelo governo e demais cidadãos. Ambos os casos buscam suprimir paixões e irracionalidades: no primeiro, o vício de fumar que, se considerado racionalmente,

seria abandonado, visto os males que pode causar ao usuário; no segundo, a vontade de, por exemplo, um grupo participe de uma assembleia constituinte escreve-la conforme lhe der vontade, impondo suas preferências à coletividade sem consulta prévia ou mesmo aprovação dos demais grupos envolvidos.

Elster parece, desta forma, buscar incorporar à teoria da escolha racional a irracionalidade e constrangimentos externos impostos por regras e normas sociais que impedem o indivíduo de agir unicamente levando em conta suas preferências. A teoria da escolha racional apresenta, portanto, sua limitação intrínseca e antônima, a da irracionalidade das ações individuais, devendo ser, essencialmente, uma teoria da racionalidade imperfeita.

A crítica de Elster ao funcionalismo se deve também a definição última desse tipo de explicação: ao contrário de uma explicação intencional, que busca fornecer uma explanação a partir das consequências intencionadas no momento da ação, a explicação funcionalista o faz a partir das consequências de fato, apontando para as vantagens de um ou mais agentes (ELSTER, 1985). Isto é, o *explanandum* cumpre uma função que é benéfica à sociedade ou a um grupo, pois traz vantagens aos cidadãos como um todo ou aos indivíduos que fazem parte desse grupo. Assim, as consequências benéficas explicam o fenômeno. Para Elster, o problema, aqui, reside no fato de que o funcionalismo explica um determinado comportamento ou evento em termos de padrões que se perpetuam, anulando a possibilidade de compreensão desse comportamento ou evento como algo individual. Além disso, as explicações – como na noção teleológica de Marx sobre o curso da história – anulam toda e qualquer capacidade ou possibilidade de agência. É a partir da sua insatisfação com esse tipo de explicação que Elster apresenta o individualismo metodológico como tipo de explicação causal que tem maior poder explicativo e é intelectualmente superior.

O individualismo metodológico considera a ação individual como unidade elementar da vida social. Portanto, para explicar fenômenos sociais amplos (mudanças sociais, instituições, etc.), deve-se demonstrar como tais fenômenos surgem da ação e interação entre indivíduos. Isto é, deve-se descer ao nível micro. Os fenômenos sociais devem ser explicados como relações entre indivíduos, e não como entidades *sui generis* do nível macrosocial. Ou ainda, “all social phenomena can be explained in terms of individuals and their behavior” (ELSTER, 1998, p. 47). Nas palavras de Ratton Júnior e Morais (2003, p. 389):

Elster considera que fenômenos sociais são explicáveis apenas em termos dos indivíduos – suas características, seus fins, suas crenças. Dessa maneira, a ação intencional é a unidade elementar da vida social e é motivada pelos desejos e crenças dos indivíduos. Os fenômenos sociais resultariam da ação e da interação entre eles. A explicação em ciências sociais deve ser, portanto, capaz de reduzir fenômenos complexos a seus elementos constitutivos: as ações individuais.

Aqui, Elster destaca os preceitos do individualismo metodológico (explicar os fenômenos sociais em seus microfundamentos), que serão, ao longo de sua obra, acompanhados pelo programa reducionista de Homans (abrir a caixa-preta e estabelecer o encadeamento de mecanismos causais) de forma sofisticada.

Poderíamos resumir as premissas centrais do individualismo metodológico em: 1) considerar a ação individual como unidade elementar da vida social; 2) reduzir-se ao nível micro para enunciar explicações sociais válidas de fenômenos amplos e fundamentar as explicações nos indivíduos e suas propriedades (crenças, objetivos, desejos), e não nos da coletividade; 3) toda explicação de fenômenos sociais devem ser explicações causais. Mas o que são explicações causais? Aqui, adentramos ao terceiro tópico deste artigo.

Explicação Causal

As ciências sociais se utilizam de vários modelos explicativos. Isso significa que este campo científico é plural em termos metodológicos. Além das explicações causais, que discutiremos brevemente neste tópico, a teoria da escolha racional e o individualismo metodológico, já discutidos, também são modelos explicativos utilizados pelas ciências sociais. Outros modelos explicativos clássicos e que fizeram escola ao longo do século XX são os modelos materialista, funcionalista e estruturalista (LITTLE, 1991). Para os fins deste artigo, não nos cabe debater cada um deles, de modo que nos restringiremos a discutir, nesta seção, as explicações causais, modelo criticado por Elster na medida em que estabelece relações espúrias quando não consegue explicar o que acontece entre os fenômenos x e y quando há correlação entre eles.

Pesquisas que operam através de abordagens causais buscam explicar sistematicamente os fenômenos que são seus objetos de investigação. É um tipo de pesquisa que busca identificar, a partir de questões explicativas, fatores antecedentes que são responsáveis por determinado fenômeno ou comportamento. De acordo com Gerring (2005, p. 170 apud HÉRITIER, 2008, p. 61), “to be causal, the cause in question must generate, create, or produce the supposed effect”. Ou ainda, de acordo com Heise (1975, p. 11-12), é possível falar em causalidade quando “the occurrence of one event is reason enough to expect the production of another”. Alguns fatores são requeridos para que se prove uma relação causal: a) covariação entre variáveis independentes e dependentes (como as variáveis dependentes se alteram de acordo com a variação da variável independente); b) direção causal (estipular qual o fenômeno determinante e qual o fenômeno determinado); c) controlar as variáveis exógenas (excluir a possibilidade de contaminação em tal relação causal).

Para Kirschbaum (2013, p. 185), “pesquisadores quanti buscam ‘efeitos causais’ ao examinar a variação da variável dependente em relação à variação da variável independente”. Por exemplo, pode-se estabelecer uma correlação e afirmar que há causalidade entre aumento da taxa de desemprego (variável independente) e aumento dos índices de violência (variável dependente). Entretanto, para Elster (1998, 2007), não se pode confundir correlação com explicação causal. Antes de irmos aos esforços de definição do que seria uma explicação causal, vejamos um exemplo que a distingue claramente da noção de correlação. A partir da questão “de onde vêm as crianças?”, Boudon e Lazarsfeld (1966 apud COMBESSIE, 2004) argumentam que é possível apontar uma correlação estatisticamente significativa entre o número de ninhos de cegonhas e a taxa de natalidade. Isto é, há uma forte covariação entre a diminuição do número de ninhos de cegonhas (e de cegonhas, propriamente) e a diminuição de nascimentos de crianças. Tal covariação imputa o pesquisador a buscar as causas, mas não pode ser considerada em si mesma a causa. Seria essa uma explicação espúria, pois correlacionar

não é o mesmo que fornecer uma explicação causal. Há uma terceira variável que causa tanto a diminuição de ninho de cegonhas quanto a diminuição de nascimentos, qual seja: a urbanização, que faz diminuir as áreas possíveis para as cegonhas construírem seus ninhos e viverem, como também leva as mulheres a um novo estilo de vida, ingressando no mundo do trabalho e, conseqüentemente, tendo menos filhos ou tardando a engravidar.

Elster (2007) dedicou algumas páginas com algumas orientações e ótimos exemplos do que uma explicação causal não é. Diferenciar uma explicação causal de afirmações sobre correlação, como no exemplo acima, é uma das orientações. Isto é, se C geralmente ocorre após B, não estaremos permitidos a dizer que o primeiro fenômeno é a causa do segundo, pois ambos poderiam ser efeitos de um terceiro fenômeno/variável comum (A), como no exemplo do parágrafo anterior a diminuição de cegonhas e da taxa de natalidade eram efeito de uma causa comum, a urbanização.

Uma segunda orientação é distinguir uma explicação causal de uma proposição causal verdadeira. Este talvez seja o argumento central de Elster para justificar o uso de mecanismos: citar a causa não basta. É necessário estabelecer como e/ou por que tal relação causal se dá entre duas variáveis. O como e por que são os mecanismos, ou a cadeia de mecanismos causais que liga um fenômeno ao outro. Vejamos um exemplo dado por Hedström e Swedberg (1998): ingerir estricnina leva à morte. Tal afirmação aponta uma relação de causalidade (é capaz de prever a relação entre uma determinada dose do veneno e seu resultado: a morte). Entretanto, não especifica através de quais mecanismos há uma relação entre a ingestão do veneno e a morte. Isto é, somente apontando como a ingestão de tal substância inibe a oxigenação do cérebro e desencadeia um processo bioquímico que leva à paralisia, é que apontamos para o mecanismo que nos permite não somente descrever o que provavelmente acontece, mas porque e como acontece (HEDSTRÖM; SWEDBERG, 1998).

Outra diferenciação a ser feita é em relação às afirmações de necessitação (ELSTER, 2007). Se explicar um evento é relatar como e/ou por que ele aconteceu (mecanismo), enunciar que o mesmo resultado poderia ocorrer de outra forma não explica efetivamente o que se intentava explicar. Por exemplo, uma pessoa que sofre de câncer, agonizando em dor, decide pôr fim à própria vida de outra forma (atirando-se pela janela de seu apartamento, por exemplo). Seria insensato argumentar que, devido ao câncer, ela deveria morrer em tal período de tempo. Um argumento desse tipo não é uma explicação causal.

Uma quarta direção é a distinção em relação a contar histórias. Contar uma história é levar em conta o que ocorreu no sentido de como poderia ter ocorrido (necessitação), e não como de fato aconteceu. Isso significa que este tipo de narrativa não se atém àquilo que intercorreu, somente, mas conjectura sobre o episódio determinado. Assim, fornecer uma explicação é narrar autenticamente um fenômeno ou evento como este ocorreu. Elster (2007) afirma que há espaço para contar história e apresentar especulações na ciência, porém, tais procedimentos não cabem na explicação.

Explicações causais também não são explicações estatísticas. Esta quinta orientação baseia-se no fato de que explicações estatísticas não têm poder explicativo sobre um evento no plano da microanálise. Ou seja, é equivocado presumir que uma generalização seja válida para todo e qualquer caso particular (ELSTER, 2007).

Também não se trata de responder questões explicativas. O exemplo de Elster (2007) é ilustrativo: imaginemos que estamos lendo um artigo e percebemos que o autor

não faz referência a um importante trabalho da área. Ao perguntamo-nos por que ele não citou tal pesquisa, descobrimos que o autor justificou tal ausência por desconhecimento do referido trabalho. Para Elster, tentar dar conta de uma questão explicativa através de uma ausência (o desconhecimento do artigo importante da área) não é fornecer uma explicação. Entretanto, se descobrimos, posteriormente, que a ausência do dado trabalho se dá por uma rixa acadêmica, visto que o autor que o omite também não foi citado neste trabalho seminal, a explicação está dada satisfatoriamente, pois há um mecanismo (a raiva de não ser citado) que explica o evento (a ausência de citação do distinto paper).

A última direção de Elster (2007) é não confundir explicação causal com predições. Às vezes é possível explicar sem ser capaz de prever, e às vezes é possível prever sem fornecer qualquer explicação. Poder explicar sem prever, deve-se ao fato de que em diversos casos é possível identificar o mecanismo causal somente depois que o evento ou fenômeno se dá. Mas não somos capazes de prever, isto é, dizer antecipadamente, quais são os mecanismos que irão operar em tal relação de causalidade. De modo contrário, prever sem fornecer qualquer explicação causal também é possível, e um exemplo pode tornar isso bastante claro: é previsível que os indivíduos irão consumir menos de um determinado produto quando os preços sobem. Seja qual for o mecanismo que conecta esses dois fatores, é previsível que a maioria das pessoas irá comprar menos, pois seu poder de compra em relação ao determinado produto e seu valor será menor. Os mecanismos que podem levar a esse resultado são muitos. Mas para a finalidade de predição não é necessário escolher qualquer um deles. Para fins explanatórios, de modo contrário, é a identificação de mecanismos causais o que importa, pois através deles é possível compreender a relação causal e fornecer uma explicação causal, enquanto a predição oferece, no máximo, controle (ELSTER, 2007). Portanto, para Elster (1994, p. 17-18),

[...] explicar um evento é fazer um relato de por que o mesmo aconteceu. Geralmente, e sempre em última análise, isso assume a forma de citar um evento prévio como causa do evento que desejamos explicar, junto com algum relato do mecanismo causal que conecta os dois eventos.

Desta forma, explicar é oferecer um mecanismo. Para utilizar a expressão usualmente mobilizada pelo autor, é abrir a *caixa-preta* e mostrar as peças e engrenagens operantes na “maquinaria interna da vida social” (RATTON JÚNIOR; MORAIS, 2003, p. 398). A *caixa-preta* seria o meio de “explicação” das causalidades nos modelos estatísticos, que na verdade apenas apontam correlações causais sem fornecer explicações causais. Abrir a *caixa-preta* é estabelecer a cadeia de causalidade (mecanismos) que ligam um fenômeno X a um evento, fenômeno ou comportamento Y. É mostrar, em termos abstratos, que entre X e Y, há C^1 , C^2 , C^3 , etc. (ELSTER, 2007).

Hedström e Swedberg (1998) nos dizem que a explicação que não aponta mecanismos se dá, de forma mais frequente, a partir de leis universais, onde há a implicação de subordinar um determinado evento a uma determinada lei geral. Isto é, deve-se explicar a lei geral e as condições que a tornam aplicável ao evento específico. De acordo com os autores, tais explicações deveriam ser reservadas exclusivamente à Física, que produz explicações a partir de leis dificilmente refutadas; ao passo que os demais campos científicos deveriam fornecer explicações em termos de mecanismos.

Nas ciências sociais, explicações desse tipo são raras, sendo mais comum explicações em termos de probabilidade. Assim, em tais condições X , possivelmente Y ocorra (este esquema, aqui, está simplificado e, no mínimo, pode-se acrescentar que as possíveis variações nas condições X alteram a probabilidade da ocorrência de Y). Entretanto, esse tipo de explicação em termos de probabilidade, que explica uma possível lei geral e a probabilidade de existência de uma relação entre duas variáveis, ainda é um modelo explicativo que não dá sinais do motivo pelo qual provavelmente tal relação existe. O modelo de leis gerais, portanto, não aponta o mecanismo que liga a explicação ao fenômeno explicado, isto é, opera através de uma caixa-preta. “Citar a causa não é suficiente: o mecanismo causal também deve ser proporcionado” (ELSTER, 1994, p. 18). Explicar um fenômeno é dar um relato de por que/como ele assim se deu. Desta forma, o uso da abordagem baseada em mecanismos permitiria explicações mais profundas, refinadas, já que apresenta toda a cadeia causal entre o fenômeno X e o fenômeno Y , evitando associações espúrias. Significa dizer que uma explicação causal válida em ciências sociais deve ser provida através do individualismo metodológico e de uma redução explicativa, isto é, deve se referir aos microfundamentos da ação, ou seja, é necessário reconstruir a cadeia causal do nível macro até o nível micro (indivíduos em interação), por um lado; e identificar através de quais mecanismos as transições entre os níveis (macro-micro; micro-macro) se deram, por outro. Vejamos, então, o que são os mecanismos.

Mecanismos Causais

A fins de sistematização, esta seção será dividida em cinco breves subitens: *definições; ênfase teórico-analítica; mecanismos elementares e alguns exemplos; uma tipologia dos mecanismos; a importância e algumas limitações dos mecanismos.*

Definições

O conceito de mecanismo é demasiado complexo, de modo que suas definições, mesmo as apresentadas pelos autores que se utilizam desta abordagem em suas produções científicas, não são tão claras. Segundo Hedström e Swedberg (1998), é na obra de Albion Small (*General Sociology*, 1905), que pela primeira vez aparece, na sociologia, o uso do conceito de mecanismo. Contudo, a verdade é que *mecanismo* aparece mais como um *proto-conceito*, como definido por Merton, isto é, uma ideia não explicada, com significado impreciso, rudimentar e breve. Entre os clássicos da sociologia o termo raramente aparece, apesar de estar contido, implicitamente, em *Ética protestante e espírito do capitalismo*, de Weber (2004), como veremos mais adiante; e também, em alguma medida, na obra *O suicídio*, de Durkheim (2011). A primeira aparição explícita do conceito estaria em Merton que, em seu programa por uma sociologia de alcance médio, argumenta que a teoria sociológica deveria encontrar um meio termo entre as leis sociais e a descrição, e os mecanismos cumpriram esta função. Assim, define mecanismos como “social processes having designated consequences for designated parts of the social structure” (MERTON, 1968, p. 43-44 *apud* HEDSTRÖM; SWEDBERG, 1998, p. 6). O conceito sugerido por Merton é bastante vago, nos levando a buscar uma definição mais precisa. Assim, para Schelling (1998, p. 32-33), um

[...] social mechanism is a plausible hypothesis, or set of plausible hypotheses, that could be the explanation of some social phenomenon, the explanation being in terms of interactions between individuals and other individuals, or between individuals and some social aggregate. [...] Alternatively, a social mechanism is an *interpretation*, in terms of individual behavior, of a model that abstractly reproduces the phenomenon that needs explaining.

Ou seja, um mecanismo pode ser entendido como um conjunto de afirmações capazes de construir um relato plausível que conecta *inputs* e *outputs*, aparecendo nesta definição a ênfase no individualismo metodológico, no caráter analítico e na construção de modelos da realidade a partir da qual o objeto de investigação é construído. De acordo com Stinchcombe (1998, p. 267), mecanismos devem ser considerados

[...] as bits of “sometimes true theory” [...] or “model” that represent a causal process, that have some actual or possible empirical support separate from the larger theory in which it is a mechanism, and that generate increased precision, power, or elegance in the large-scale theories.

Sendo pedaços de teorias ou modelos, eles podem operar, conforme Elster (1998), como tijolos que, conjuntamente, constroem explicações mais complexas de fenômenos amplos.

Vejamos, por fim, a definição do próprio Elster (2007, p. 37, grifo do autor): “mechanisms are *frequently occurring and easily recognizable causal patterns that are triggered under generally unknown conditions or with indeterminate consequences*. They allow us to explain but not to predict”. Ainda que mais genérica do que as duas anteriores, de acordo com Elster (2007), sua explicação se torna mais inteligível quando explicitados e exemplificados os mecanismos elementares.

Como apontaram Ratton Júnior e Morais (2003), os traços comuns entre tais definições são: 1) a necessidade de explicações em termos de causalidade nas ciências sociais, 2) a generalidade média da explicação (teoria de alcance médio); 3) a ênfase teórico-analítica ou o que Hedström e Swedberg (1998) chamaram de *primazia da análise*. Se as duas primeiras características já foram tratadas, de certo modo, nas seções anteriores, vejamos, muito sumariamente, do que se trata a primazia da análise.

Ênfase Teórico-analítica

Hedström e Swedberg (1998) chamam a atenção ao fato de que mecanismos geralmente são, tanto nas ciências naturais como nas ciências sociais, constructos analíticos não observados, como por exemplo, intenções ou preferências enquanto meios analíticos amplamente usados, embora não observáveis. Assim, de acordo com os autores

The key characteristic of an analytical approach is that it proceeds by first constructing an analytical model of the situation to be analyzed (an “ideal type”). This theoretical model is in principle constructed in such a way that it includes only those elements

believed to be essential for the problem at hand. The target of the theoretical analysis, then, is this model and not the reality that the model is intended to explain. However, to the extent that the theoretical model has been constructed in such a way that it incorporates the essential elements of the concrete situation, the results of the theoretical analysis will also shed light on the real-world situation that the model is intended to explain (HEDSTRÖM; SWEDBERG, 1998, p. 13-14).

Isto quer dizer que quando se pretende falar de uma realidade (mesmo os relatos mais detalhados), sempre se fala, para ser mais honesto, de aspectos selecionados dessa realidade (que constroem um modelo da mesma), de modo que as generalizações podem distorcer de forma significativa a realidade, já que a construção do modelo incluiu alguns aspectos em detrimento de outros. Ainda assim, as explicações dos modelos dirão algo sobre a realidade a partir da qual foram construídos.

Este posicionamento teórico-metodológico dos autores se funda no argumento de que as ciências sociais são, há algumas décadas, marcadas por uma descrença na explicação através de abstrações. É comum a crença de que é possível explicar as coisas como elas realmente são. Para tanto, bastaria descrever detalhadamente o evento observado. Mas descrever um evento é sempre descrever apenas partes deles, o que não implica qualquer explicação causal.

A explicação através de mecanismos causais, portanto, opera através de modelos analíticos intencionalmente simplificados de uma realidade. Assim, modelos sempre distorcerão a realidade. A questão não é escolher um modelo por sua validade de verdade, mas pela utilidade que ele provavelmente terá para o propósito que se tem. Eis o que é, muito resumidamente, a ideia de primazia da análise.

Mecanismos Elementares e Alguns Exemplos

Elster (1998, 2007) afirma que os mecanismos geralmente aparecem em pares. Na apresentação de alguns mecanismos elementares, o autor inicia com o par *preferências adaptativas* e *ilusões*. Tal mecanismo opera a partir da dissonância cognitiva, teoria elaborada por Festinger (1957, 1964 *apud* ELSTER, 1998), cujas ideias gerais se resumem abaixo:

In Festinger's theory of cognitive dissonance [...], dissonance is stipulated to arise when a person holds two or more 'cognitions' that are inconsistent with one another. Here, cognitions include not only ordinary factual beliefs but also consciously held values as well as mental representations of the choices or behaviors of the subject. The notion of inconsistency is based on 'expectations about what goes with what... built up on the basis of past experience, including notions of logical relations, cultural mores, and learned empirical correlations among events' (ELSTER, 1998, p. 52).

A definição é complexa, portanto, vejamos um exemplo: suponhamos um indivíduo que tenha determinada aspiração ou desejo, mas a realidade lhe impõe alguma dúvida em relação ao desejo e à possibilidade de realizá-lo. Isto é, um indivíduo que deseja X, mas a realidade dá algum sinal de que X não é de fato

desejado ou mesmo possível de se alcançar. A dissonância cognitiva, quando gerada em tal caso, dá ao indivíduo cinco possíveis resultados: 1) ele pode tentar transformar o mundo para que *X* se torne desejado de fato ou possível de se realizar; 2) pode aceitar o fato de que as coisas não são como ele deseja; 3) pode transformar suas crenças de tal modo que se convence que deseja *X* ou mesmo que o conquistou; 4) pode mudar suas preferências de modo que deixe de desejar *X* ou passe a desejar-lo com menor intensidade; 5) pode transformar de tal modo suas preferências que *X* passa a ser indesejado (ELSTER, 1998).

Of these, (1), (2), and (3) may represent autonomous behaviors or mental processes, governed by the reality principle rather than the pleasure principle. In particular, (4) may result from autonomous character planning such as has been advocated by Stoics, Buddhists, and others. By contrast, (3) and (5) are escape mechanisms that operate at an unconscious level. As far as I know, nothing is known about when dissonance reduction takes the form of wishful thinking (3) and when it appears as adaptive preference formation (5) (ELSTER, 1998, p. 53).

Elster aponta para a extrema importância de conhecer qual dos mecanismos será acionado, visto que a redução da dissonância cognitiva gera resultados diferentes, de acordo com o mecanismo que for acionado. Uma pessoa confrontada com uma dissonância cognitiva, grosso modo, tem duas saídas: passar a vida descontente, uma vez que não tem clareza sobre o próprio desejo ou deseja algo que a realidade imposta o impede de conquistar; ou ajustar suas preferências para que entenda o que deseja e prefira o que está ao seu alcance (excluindo a possibilidade da ilusão). Nosso exemplo pode tomar forma se o pensarmos concretamente: imaginemos que um jovem se inscreve no vestibular para medicina três vezes seguidas, mas não consegue ser aprovado; ele adapta sua preferência no quarto ano de vestibular para um curso menos concorrido e opta por ciências sociais, ingressando, desta forma, no ensino superior. Ele ajusta seu sistema de preferências para reduzir a dissonância entre seus desejos e suas oportunidades, entre o que deseja e o que pode alcançar. Neste exemplo operam os mecanismos dois e quatro, e esse ajuste de preferência tem como resultado a redução da dissonância cognitiva.

Outro exemplo de Elster (1998) é o mecanismo que opera através de efeitos de *transbordamento*, *compensação* e *exclusão*. O *efeito de transbordamento* refere-se à ideia de que se um indivíduo segue um padrão de comportamento *P* em uma esfera específica de sua vida (*X*), ele também seguirá tal conduta na esfera *Y*. O *efeito de compensação*, por sua vez, diz respeito à ideia de que se um indivíduo não se comporta de acordo com *P* na esfera *X*, ele assim se comportará na esfera *Y*. Por fim, o *efeito de exclusão*, afirma que se um indivíduo comporta-se de acordo com a conduta *P* na esfera *X*, na esfera *Y* seu comportamento não basear-se-á em tal conduta. O exemplo dado por Elster nos é conhecido, mas não em termos de mecanismos causais: Carole Pateman (1992), em sua defesa pela democracia participativa, argumenta que se os indivíduos participarem das tomadas de decisão em seus locais de trabalho, eles estarão dispostos e capacitados a fazer o mesmo na esfera política (*efeito de transbordamento*); por outro lado, se negam aos indivíduos a possibilidade de participar das tomadas de decisão no local de trabalho, eles irão lutar fortemente pelo direito de participação na

esfera política (*efeito de compensação*); por fim, dado o pouco tempo que dispõem para exercitar a participação, o ato de participar em uma esfera - local de trabalho - será à custa de participar no outro - esfera política - (*efeito de exclusão*) (ELSTER, 1998).

Outro mecanismo elementar apresentado por Elster (1998) se baseia na teoria de Amos Tversky, que afirma que o passado tem um duplo efeito sobre o presente. Aqui, os mecanismos são dois: 1) *endowment effect*; 2) *contrast effect*. O primeiro, efeito de dotação (ou efeito de legado), é exemplificado por Elster (1998) da seguinte forma: a lembrança de uma boa experiência é uma boa lembrança; a lembrança de uma má experiência é uma lembrança ruim. Resultante disso é possível afirmar que o fato de um indivíduo ter tido um bom passado faz de seu presente algo melhor; assim como o contrário também é válido, isto é, um passado ruim torna o presente pior. O efeito de contraste, por sua vez, opera de forma contrária. Uma boa experiência no passado tende a desvalorizar as boas experiências presentes (nunca são tão boas quanto aquela); assim como experiências passadas ruins tendem a tornar o presente (mesmo sem qualquer experiência magnífica) algo positivo, reconfortante.

Um mecanismo social exemplificado por Hedström e Swedberg (1998) é o da profecia autorrealizável, atribuído a Merton, originalmente. A ideia de tal mecanismo é que uma definição inicial falsa de uma situação suscita comportamentos que eventualmente fazem a definição falsa se tornar verdadeira. Eis o exemplo: o boato de que um banco está prestes a falir por conta de um acúmulo de dívidas faz com que seus clientes passem a retirar suas economias do banco. Como alguns clientes passam a tirar suas economias, o boato é fortalecido por este comportamento – porque a retirada de economias compromete a situação financeira do banco e dá sinais para os outros clientes de que algo está errado com a instituição. Isso produz mais retiradas e faz com que o banco perca confiança. Por conta da operação deste mecanismo, mesmo um falso boato de que o banco estava com problemas para pagar suas contas pode levá-lo à falência (HEDSTRÖM; SWEDBERG, 1998).

Os mesmos autores oferecem um segundo exemplo de mecanismo que atribuem a Mark Granovetter: o comportamento coletivo de base liminar. A ideia, aqui, é que a propensão dos indivíduos participarem ou não de um comportamento coletivo depende, em alguma medida, de quantos outros indivíduos já decidiram participar. O exemplo de Hedström e Swedberg (1998) é aquele do indivíduo que chega a uma cidade desconhecida e entra em um restaurante desconhecido. O fato de ele decidir ou não pedir um prato, depende de quantos outros indivíduos no local também realizaram pedidos. Se o lugar está vazio, provavelmente significa que a comida não é boa, e assim o indivíduo provavelmente procurará outro lugar para jantar.

Os dois últimos exemplos (retirada de fundos/economias do banco e jantar em local desconhecido) mostram como os indivíduos estão propensos a agir de determinadas situações. Tais situações são situações de incerteza, e fazem com que a configuração da preferência individual leve em conta duas questões: por um lado, deve-se considerar os objetivos e a força da crença deste indivíduo na necessidade de agir de tal forma em tal momento/contexto; por outro, ter em conta que a própria crença sobre a necessidade de agir ou não de tal maneira se configura em função do número de outros indivíduos que agem de tal forma naquele contexto.

Como existem diversos mecanismos nas ciências sociais, o exercício de agrupá-los (categorizá-los em tipos) busca facilitar a tarefa de prover explicações no

plano macrossociológico, como também no plano que o fundamenta, o microsociológico. Vejamos a tipologia que parece a mais difundida e aceita entre os teóricos que fazem uso dessa abordagem.

Uma Tipologia dos Mecanismos Sociais

Se a explicação causal através de mecanismos busca operar uma redução explicativa de fenômenos sociais amplos ao seu estado microfundamental – os indivíduos interagindo e agindo, e mostrar como as interações individuais geram novos macroestados posteriores, uma tipologia dos mecanismos sociais deve ser capaz de dar conta de todas as transições desta empreitada explanatória. Assim, a tipologia que nos parece mais adequada é a de Coleman (1986 apud HEDSTRÖM; SWEDBERG, 1998, p. 21-22):

The general thrust of this model is that proper explanations of change and variation at the macro level entails showing how macro states at one point in time influence the behavior of individual actors, and how these actions generate new macro states at a later time. That is, instead of analyzing relationships between phenomena exclusively on the macro level, one should always try to establish how macro-level events or conditions affect the individual (Step 1), how the individual assimilates the impact of these macro-level events (Step 2), and how a number of individuals, through their actions and interactions, generate macro-level outcomes (Step 3)".

Tal modelo, conhecido como *modelo macro-micro-macro* apresenta mecanismos de três tipos: 1) macro-micro; 2) micro-micro; 3) micro-macro. Se os dois primeiros se referem ao indivíduo (singular) e podem ser considerados mecanismos internos (psicológicos ou psicossociais); o terceiro é um mecanismo externo (social), referindo-se a diversos atores.

Os mecanismos que se enquadram no primeiro tipo são chamados de *mecanismos situacionais*, e são capazes de transitar do nível macro ao nível micro, isto é, das estruturas sociais ou sistemas sociais amplos às crenças, desejos e preferências de um ator individual. É ideal para a compreensão da formação de preferências individuais, do comportamento individual relacionado à esfera pública, a formação das crenças individuais, etc. Para Hedström e Swedberg (1998, p. 23), tal mecanismo se explica da seguinte forma: "The individual actor is exposed to a specific social situation, and this situation will affect him or her in a particular way". O exemplo mais significativo de uma explicação causal através desse mecanismo nas ciências sociais, de acordo com os autores (*Idem*), talvez seja o de Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Resumindo demasiadamente, em tal obra, Weber (2004) vai de um sistema de crenças religiosas enquanto fenômeno social amplo – cristianismo protestante em suas variáveis – ao nível individual, mostrando como tal sistema produz consequências bastante precisas no comportamento individual e econômico desses indivíduos. A cadeia de causalidade está apresentada, como por exemplo, na doutrina calvinista da predestinação: frente à angústia de saber se terá ou não sua alma salva por Deus, aos homens, em tal doutrina, é dito que já estão predestinados, isto é, que Deus já sabe quem vai salvar

ou não. O caminho, portanto, é buscar pistas, onde o indício mais forte é o êxito econômico na vida mundana. De um sistema de crenças religiosas que tem a ver com a salvação da alma, tem-se uma conduta econômica específica que alavanca o desenvolvimento do capitalismo, pois impulsiona os indivíduos a trabalharem, serem ascéticos, etc., alcançando assim tal êxito econômico, que seria o sinal de sua salvação. De alguma forma, este exemplo cobre também o terceiro mecanismo que veremos logo adiante.

O segundo tipo de mecanismo da tipologia de Coleman, que não transita de um nível a outro, isto é, permanece no nível microssocial, são os *mecanismos formativos*. Eles se relacionam com determinadas combinações possíveis entre os desejos e crenças individuais, por um lado, e as oportunidades de ação limitadas pelo contexto no qual o indivíduo está inserido, de outro, resultando em uma ação específica neste mesmo nível (micro). O exemplo mais claro talvez seja o das preferências adaptativas através da redução da dissonância cognitiva, como explicitado na seção anterior.

O último tipo de mecanismo cobre a transição do nível micro para o macro e se chama *mecanismo transformacional*. Diz respeito aos mecanismos através dos quais as ações individuais transformam-se em um efeito ou resultado coletivo, intencional ou não (HEDSTRÖM; SWEDBERG, 1998; RATTON JÚNIOR; MORAIS, 2003). O exemplo usualmente apresentado na literatura é o da “tragédia dos comuns”, cuja ideia central é a de que a busca de um interesse individual pode produzir uma tragédia coletiva. Trata-se da má utilização de um recurso natural (essencial para a vida da coletividade), de forma que este se esgote ou se torne inutilizável, comprometendo a sobrevivência de todos que faziam usufruto do mesmo recurso. Os desastres ambientais e a aproximação de um colapso ecológico completo servem como exemplos gritantes de tragédia dos comuns na contemporaneidade, seja pelo mau uso, poluição e descuido com a água; pela perpetuação de um modelo de combustão, que esgota recursos naturais, polui o ar e contribui para o aquecimento global; entre outros.

Explicitada a principal tipologia de mecanismos, vejamos agora algumas características que nos fazem considerar o conceito de mecanismo fundamental nas ciências sociais e também algumas críticas ou limitações direcionadas a ele.

Importância e Algumas Limitações dos Mecanismos

Vimos como os mecanismos se situam numa posição intermediária entre as leis universais e as meras descrições. Se os mecanismos não fornecem leis universais buscando atingir a predição e o controle, o que não é de fato a finalidade do conceito, ele é capaz de desvendar um encadeamento causal que usualmente fica encoberto em teorias que utilizam o que Elster chama de *caixa-preta*. Assim, por mais que não seja uma teoria com pretensões e capacidade totalizante, é muito mais do que uma descrição, pois as explicações causais que fornece podem ser utilizadas em casos ainda não observados.

A explicação por mecanismos permitiria que se ultrapassasse a constatação de uma regularidade observável de tipo caixa-preta (da qual não se sabe por que e como ocorre) [...]. Dessa perspectiva, mecanismos são bons porque eles nos tornam capazes de explicar

quando as generalizações falham, bem como porque nos tornam capazes de fornecer melhores explicações. Compreendendo os detalhes da estória causal, reduz-se o risco de explanação espúria (RATTON JÚNIOR; MORAIS, 2003, p. 399).

Dessa forma, fazer uma ciência que enuncie explicações causais através de mecanismos pode ser, em alguma medida, uma superação das falhas e limitações tanto da macrociência como da microciência.

Portanto, a mais importante contribuição metodológica de Elster é levar a fundo o programa reducionista através do conceito de mecanismo e sua capacidade de abrir a tão criticada *caixa-preta*, através de explicações causais que são capazes de mostrar o que liga um fenômeno ou variável a outro, isto é, o que liga causa e efeito. Somente através de mecanismos é possível enunciar relações causais explicativas, mostrando, para além da correlação, como e por que tal relação se dá. Ligado à capacidade de abrir a *caixa-preta*, outro imenso valor do mecanismo é diminuir a distância entre *explanans* (o que explica) e *explanandum* (o que é explicado). Através da redução explicativa é possível superar o abismo entre os níveis macro e micro, entre o que é causa e o que é efeito. Por meio das três tipologias, que vão das estruturas e sistemas sociais às crenças e preferências individuais (situacional); passando pela relação micro-micro, isto é, ação individual como resultado da combinação entre crenças e preferências e oportunidades de ação (formativo); até a transição micro-macro, capaz de explicitar como ações individuais são capazes de gerar fenômenos coletivos/sociais/amplos (novos macroestados) como agregados da conduta individual (transformacional); a explicação causal é capaz de apresentar uma série de mecanismos ou encadeamentos causais que não deixam uma lacuna entre os dois elementos que compõem a causalidade.

Algumas limitações também podem ser apontadas. Primeiramente, o fato de que a maioria dos mecanismos causais apresentados por Elster são mecanismos psicológicos. Assim, dar conta das falhas de teorias totalizantes através de mecanismos que parecem se reduzir ao plano individual pode ser bastante problemático, culminando numa psicologização do social. Este problema nos conecta diretamente com a crítica apresentada por Ratton Júnior e Morais (2003), qual seja: de que a negação da existência de entidades sociais como independentes dos indivíduos, por um lado; e da redução de fenômenos amplos ao nível individual como estratégia explicativa, por outro; negam poder causal à macrosociologia, mesmo sobre os fenômenos que ocorrem em tal nível. Isto colocaria em dúvida a existência ontológica do social, isto é, o *ser* desta entidade tomado e significado em si e por si mesmo, independentemente dos indivíduos. Contudo, como vimos, Elster parece suspender sua descrença na externalidade do social quando não encontra explicações ou motivações individuais para certos fenômenos, como é o caso da coesão social. Quando o autor fala de uma teoria imperfeita da racionalidade, parece admitir que existem comportamentos que são constrangidos e condicionados por estruturas exteriores aos indivíduos, como as crenças, a religião, as leis, etc. Gross (2009 *apud* KIRSCHBAUM, 2013) afirma que uma relação causal entre duas entidades sociais *x* e *y* pode ou não ser explicada no nível das relações individuais. De forma mais contundente, em Little (2012 *apud* KIRSCHBAUM, 2013, p. 183) há a afirmação de que “mecanismos no nível macro, sem desagregação ao nível micro geram boas explicações, na medida em que o pesquisador constrói suposições plausíveis em

relação ao nível inferior”. Ainda que Elster aponte para a transposição de fenômenos macrosociológicos ao nível micro, não há consenso que esta operação deva ser realizada para que se possa fornecer explicações causais convincentes.

Outra crítica que nos parece pertinente é a de Bhargava (1992 *apud* RATTON JÚNIOR; MORAIS, 2003, p. 401), de um suposto intelectualismo na obra de Elster: “O intelectualismo pressupõe (sem explicitar) que o principal ‘objetivo’ dos conceitos ou palavras é conhecer o mundo teoricamente, e o principal ‘objetivo’ das sentenças é relatar fatos. Assim, relacionar verdades teóricas é definir a capacidade da mente”. É através da consciência individual de cada um que o mundo se torna compreensível. Se a ação intencional é o elemento básico da vida social e a intenção nada mais é do que um estado mental operado através da consciência, só é possível atribuir sentido ao mundo e aos fenômenos sociais por intermédio da consciência individual que cada um detém. Nesse sentido, a produção de conhecimento e inteligibilidade dos fatos só é possível por meio das representações que cada indivíduo faz para si mesmo (RATTON JÚNIOR; MORAIS, 2003). A noção de produção de significados para Elster, portanto, parece se fundamentar no papel que cumpre a consciência individual de cada um nesse processo. Entretanto, parece difícil descartar que tal processo também seja social, ou seja, que os significados se produzem, partilham e legitimam socialmente.

Apesar de algumas limitações e dilemas com os quais Elster se depara ao longo de sua construção teórico-metodológica, é inegável a sofisticação e qualidade de seus escritos. Dado o tamanho do problema que o autor se propõe a investigar e busca solucionar, não há surpresa alguma que sua produção se defronte com questões para as quais não se encontra resolução última. Às conclusões.

Conclusões

Ao longo do texto, foi possível perceber que a explicação causal por mecanismos defendida por Elster tem quatro premissas básicas, conforme sistematizadas por Hedström e Swedberg (1998): 1) ação: as explicações nas ciências sociais devem fundamentar-se nas ações individuais dos atores sociais; 2) precisão: que tais explicações devem ser apuradas, isto é, não devem estar num nível de teorização “que implique indeterminação explicativa” (RATTON JÚNIOR; MORAIS, 2003, p. 394). Sabe-se que quando se fala em explicação causal em ciências sociais, fala-se em termos de probabilidade. Entretanto, indeterminação explicativa, aqui, refere-se àquilo que ocorre entre um evento x (causa) e um fenômeno y (efeito). Afirmar que y ocorre por causa de x , sem explicar o mecanismo existente entre ambos, é explicar indeterminadamente; 3) abstração: explicações em ciências sociais demandam um certo grau de abstração para selecionar fatores relevantes que construirão o modelo de análise; 4) redução: as explicações, nas ciências sociais, devem pôr em prática o programa reducionista, visando esclarecer os mecanismos que ligam *explanans* e *explanandum*. A explicação através de mecanismo se funda nesses quatro pressupostos. O que se pretende, a partir de tal modelo explicativo, é resolver questões sociais de médio alcance através de uma explicação que seja baseada em ações individuais, precisa, abstrata e capaz de abrir a *caixa-preta*, provendo explicações causais (HEDSTRÖM; SWEDBERG, 1998). Se os mecanismos são capazes de dar à teoria social o que ela necessita (explicações), a tarefa fundamental da sociologia, conforme Merton (1970), é buscar por mecanismos.

É válido outro elogio a Elster. No decurso de sua carreira intelectual, ao se afastar da teoria da escolha racional, apontou para uma lacuna pertinente no campo das ciências sociais: levar em conta o não-racional e o emocional como fatores explicativos de processos sociais amplos, enquanto mecanismos do nível individual capazes de fornecer explicações causais com propriedade.

Apesar das limitações apresentadas no último item da seção anterior, nos parece válido um investimento maior na inclusão da obra de Elster nas grades metodológicas das Ciências Sociais. Por mais extensa e complexa que seja, a obra de Elster parece fornecer uma série de conceitos e procedimentos de pesquisa que podem tornar mais rigorosas as pesquisas da área. Assim, o trajeto percorrido por este artigo buscou não somente explicitar uma série de conceitos e posicionamentos fundamentais na obra de Elster, mas levar o leitor a refletir sobre o processo de produção de conhecimento nas ciências sociais e sobre as possibilidades da utilização dos mecanismos sociais causais como instrumentos explicativos nas ciências sociais.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- COMBESSIE, Jean-Claude. *O método em sociologia: o que é, como faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- ELSTER, Jon. A plea for mechanisms. In: HEDSTRÖM, Peter; SWEDBERG, Richard (org.). *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 45-73.
- ELSTER, Jon. *Explaining social behavior: more nuts and bolts for the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ELSTER, Jon. *Explaining technical changes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- ELSTER, Jon. *Making sense of Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- HEDSTRÖM, Peter; SWEDBERG, Richard. Social mechanisms: an introductory essay. In: HEDSTRÖM, Peter; SWEDBERG, Richard (org.). *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 1-31.
- HEISE, David Reuben Jerome. *Causal analysis*. New York: J. Wiley & Sons, 1975.
- HÉRITIER, Adrienne. Causal explanation. In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael (ed.). *Approaches and methodologies in the social sciences: a pluralist perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 61-79.
- HOMANS, George Caspar. *Social behaviour: its elementary forms*. London: Routledge & Kegan Paul, 1961.
- KIRSCHBAUM, Charles. Decisões entre pesquisas *quali* e *quantis* sob a perspectiva de mecanismos causais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 179-193, jun. 2013.
- LITTLE, Daniel. *Varieties of social explanation*. Oxford: Westview Press, 1991.
- MERTON, Robert King. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RAGIN, Charles Christopher. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Los Angeles: University of California Press, 1987.

RATTON JÚNIOR, José Luiz de Amorim; MORAIS, Jorge Ventura de. Para ler Jon Elster: limites e possibilidades da explicação por mecanismos nas ciências sociais. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 385-410, 2003.

SCHELLING, Thomas Crombie. Social mechanisms and social dynamics. In: HEDSTRÖM, Peter; SWEDBERG, Richard (org.). *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 32-44.

SHEPSLE, Kenneth. *Analyzing politics: rationality, behavior, and institutions*. New York: Norton & Company, 1997.

STINCHCOMBE, Arthur Leonard. Monopolistic competition as a mechanism: corporations, universities, and nation-states in competitive fields. In: HEDSTRÖM, Peter; SWEDBERG, Richard (org.). *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 267-305.

TSEBELIS, George. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Edusp, 1998.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

*Minicurrículo do Autor:

Gustavo Venturelli. Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP-USP). Bolsista do CNPq (Processo nº 141261/2018-8). Contato: gus.venturelli@usp.br.